

JORGE MIRANDA

CURSO DE
DIREITO CONSTITUCIONAL

ESTRUTURA DO ESTADO. SISTEMAS POLÍTICOS.
ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO.
FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE

VOL. 2

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
LISBOA 2016

ÍNDICE

PARTE I ESTRUTURA DO ESTADO

CAPÍTULO I O ESTADO EM GERAL

1. As grandes correntes doutrinárias acerca da natureza ou essência do Estado	9
2. Comunidade e poder	15
3. Os elementos ou condições de existência do Estado	17
4. As vicissitudes do Estado	20
5. As relações entre Estado e sociedade	22
6. O Estado como pessoa coletiva	24

CAPÍTULO II O ESTADO COMO COMUNIDADE POLÍTICA

§ 1.º

O povo

7. A comunidade política ou povo	26
8. Conceitos afins do conceito de povo	31
9. As concepções político-constitucionais e ideológicas de povo	34

§ 2.º

A cidadania

10. Povo e cidadania	36
11. O regime da cidadania portuguesa	40
12. A “cidadania europeia” e a “cidadania lusófona”	43

CAPÍTULO III O PODER POLÍTICO

13. Estrutura e função do poder	45
14. Poder político e soberania	47
15. A descentralização territorial na Constituição	50
16. A soberania na ordem externa	53
17. O direito do Estado sobre o seu território	54

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DO ESTADO

§ 1.º

Os órgãos e os seus elementos

18. Origem do conceito	56
19. Órgãos e conceitos afins	57
20. Órgão e imputação	59
21. Órgãos e atos com eficácia interna	60
22. Os elementos do conceito de órgão	62
23. Sentido da competência	63
24. Os titulares	67

§ 2.º

Categorias de órgãos

25. Classificação dos órgãos	68
26. Os órgãos colegiais e o seu funcionamento	70
27. As assembleias em especial	72
28. Órgãos do Estado e colégios eleitorais	74

CAPÍTULO V FORMAS DE ESTADO

§ 1.º

As formas do Estado em geral

29. Conceito de forma de Estado	76
30. A contraposição fundamental: Estados simples e compostos	78
31. Os Estados compostos: federações e uniões reais	80
32. Os Estados federais em particular	81
33. O Estado unitário descentralizado ou regional	85
34. Autonomia política com e sem integração	87

§ 2.º

Portugal, Estado unitário regional

35. A transformação da estrutura do Estado	89
36. Sentido da autonomia	90

PARTE II
SISTEMAS POLÍTICOS

CAPÍTULO I
FORMAS DE GOVERNO E REGIMES POLÍTICOS

§ 1.º

Considerações gerais

- | | | |
|-----|--|----|
| 37. | As tipologias em geral | 95 |
| 38. | As grandes classificações doutrinárias | 98 |

§ 2.º

As formas de governo modernas

- | | | |
|-----|-------------------------|-----|
| 39. | Enumeração | 102 |
| 40. | A legitimidade política | 106 |

§ 3.º

A democracia pluralista e representativa

- | | | |
|-----|--|-----|
| 41. | A liberdade política e o pluralismo | 107 |
| 42. | O governo representativo | 114 |
| 43. | Representação política e eleição | 117 |
| 44. | A separação de poderes | 119 |
| 45. | A separação dos poderes na evolução do constitucionalismo
e em Portugal | 122 |
| 46. | Democracia representativa e Estado de Direito | 125 |

CAPÍTULO II
SISTEMAS DE GOVERNO

- | | | |
|-----|---|-----|
| 47. | Sistemas de governo em geral | 126 |
| 48. | O sistema de governo semipresidencial da Constituição de 1976 | 130 |

PARTE III
ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO

CAPÍTULO I
FUNÇÕES DO ESTADO

- | | | |
|-----|----------------------------------|-----|
| 49. | Os dois sentidos de função | 135 |
| 50. | A função no sentido de atividade | 136 |

51. Classificação adotada: funções fundamentais e funções complementares, acessórias e atípicas	138
52. A função política	142
53. A função administrativa e a função jurisdicional	144
54. Zonas de fronteira e funções complementares, acessórias e atípicas	147

CAPÍTULO II ATOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS

§ 1.º

Atos jurídico-constitucionais

55. Atos jurídico-públicos e atos jurídico-constitucionais	150
56. Pressupostos, elementos, requisitos	152
57. Atos de produção sucessiva, processo, procedimento	155
58. Atos tácitos e omissões	159
59. O tempo em Direito constitucional	160

§ 2.º

Atos legislativos

60. Aceções de lei	161
61. A problemática jurídico-política da lei	163
62. A lei na evolução do Estado	164
63. Lei em sentido material e lei em sentido formal	167
64. A Constituição e a atividade legislativa	171
65. Reserva de lei e princípio da legalidade	174
66. Unidade e pluralidade de formas de lei	175

CAPÍTULO III OS ATOS LEGISLATIVOS NO DIREITO PORTUGUÊS

§ 1.º

Os atos legislativos em geral

67. Sentido de lei na Constituição	179
68. Generalidade e Estado de Direito	184
69. As leis após 1974	187
70. O quadro atual	189
71. O primado da Assembleia da República	191
72. A competência legislativa do Governo	194

73. As competências das Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira	196
74. A fixação de competência legislativa	198
75. O princípio da fixação das formas de lei	201
76. As leis reforçadas	202
77. O referendo político vinculativo e os seus efeitos	206
78. Leis do Estado e decretos legislativos regionais	208

§ 2.º

O procedimento legislativo parlamentar

79. Órgãos legislativos e procedimento	211
80. O procedimento legislativo parlamentar	212
81. As fases do procedimento	213
82. A iniciativa legislativa	214
83. A fase da apreciação	216
84. A deliberação	217
85. A promulgação e a referenda	220
86. Promulgação e o veto	222
87. A segunda deliberação pela Assembleia da República	224

PARTE IV

FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO I

INCONSTITUCIONALIDADE, GARANTIA, FISCALIZAÇÃO

§ 1.º

Conceitos básicos

88. Inconstitucionalidade	227
89. Garantia e fiscalização	230
90. Tipos de fiscalização	234
91. Juízo de inconstitucionalidade e decisões dos tribunais	238

§ 2.º

Relance histórico-comparativo

92. Inserção histórica	240
93. Os grandes modelos ou sistemas típicos	244
94. A fiscalização da constitucionalidade em Portugal	248

95. A fiscalização da constitucionalidade no Brasil	249
96. A fiscalização da constitucionalidade nos países africanos de língua portuguesa e em Timor	250
97. A legitimidade dos Tribunais Constitucionais	251

CAPÍTULO II

A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE NO ATUAL DIREITO PORTUGUÊS

98. Características gerais	254
99. Âmbito da fiscalização	254
100. Os processos e as decisões positivas do Tribunal Constitucional	257

§ 2.º

A fiscalização concreta

101. A apreciação da inconstitucionalidade pelos tribunais em geral	258
102. Decisões recorríveis para o Tribunal Constitucional	260
103. A suscitação da questão de inconstitucionalidade durante o processo	262
104. Legitimidade para recorrer	264
105. Alcance da decisão do Tribunal Constitucional	266

§ 3.º

A fiscalização abstrata da inconstitucionalidade por ação

106. Sentido do pedido de fiscalização abstrata	267
107. O princípio do pedido	270
108. Regime processual da fiscalização abstrata	273
109. A fiscalização preventiva e as suas funções	274
110. Diplomas sujeitos a fiscalização	275
111. A fiscalização sucessiva abstrata por ação	276
112. A passagem da fiscalização concreta à fiscalização abstrata	279
113. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	281
114. Retroatividade da declaração e repristinação	282
115. A restrição dos efeitos da inconstitucionalidade	284

§ 4.º

A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

116. As omissões legislativas	286
117. O processo de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	290